

PORQUE SEGREGAR SE PODEMOS

SOMAR ?

**UNIVERSIDADE RIO DE JANEIRO - UNI-RIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
DISCIPLINA: Monografia II**

**REITOR: SÉRGIO LUIZ MAGARÃO
Vice-reitor: HANS JURGEN FERNANDO DOHMANN
DECANO: AFFONSO CELSO MENDONÇA DE PAULA
PROF(a) RESP. PELA DISCIPLINA: GILDA MARIA GRUMBACH
MEDONÇA
PROFESSORA ORIENTADORA: Liana R. Teresa de Ocampo**

PORQUE SEGREGAR SE PODEMOS SOMAR?

POR

GLAUCIA MARIA BRAGA

**Monografia apresentada
em cumprimento ao
requisito parcial
para conclusão do
curso de
Licenciatura Plena
em Pedagogia.**

**Rio de Janeiro
UNI-RIO
1996**

BRAGA, Glaucia Maria. Porque segregar se podemos somar? Rio de Janeiro : UNI-RIO, 1996. 45p.

... o nome “deficiente” se refere a um status adquirido por essas pessoas... Nesse modo de encarar a deficiência, uma variável crítica é a audiência, porque é ela que, em última instância vai determinar se uma pessoa é deficiente ou não. Significa que ninguém é deficiente apenas pelas qualidades que possui ou que deixa de possuir. Uma pessoa só pode ser deficiente perante uma audiência que a considera, segundo seus critérios como deficientes. (Omote, 1994)

Dedico este trabalho aos meus pais. A Minha mãe, pois é uma pessoa excepcional (na essência da palavra) sempre esteve ao meu lado, me orientando, me apoiando, me ajudando a galgar mais um degrau na escada da vida. Amiga-mãe se hoje concluo esta etapa, as honra devem ser dividida contigo, pois sozinha seria uma tarefa bastante árdua. Gostaria de salientar, que minha admiração por você aumentou ainda mais após a morte do meu pai, mesmo abatida manteve nossa família unida.

Pai, já se passaram 12 anos e sua falta ainda hoje se faz presente. Obrigado pela gama de ensinamentos que o senhor me deixou. E entre alguns sempre me lembro que: viver é uma luta, um luta diária. Mas não lute por lutar, lute para ser feliz.

Agradeço alguns professores que honraram sua profissão e fizeram valer a nossa presença em sala de aula. Infelizmente não seria ético citar nomes para este agradecimento, porém tenho a certeza que os mesmos sabem a quem são destinadas estas palavras.

Ter a clareza de estar dando sua contribuição, não só aumenta seu profissionalismo, como também a admiração daqueles que estão sendo beneficiados com a presença destes profissionais, e indiretamente e/ou diretamente acabam sendo parâmetro a ser alcançado futuramente. Obrigado pelas aulas dadas, pelo conteúdo adquirido, pelo respeito mostrado, pela paciência exposta e principalmente pela amizade adquirida.

Gostaria de ratificar meu agradecimento especial a professora Liana R. Teresa de Ocampo, com um largo sorriso, aceitou esta difícil tarefa de me orientar. Atenciosa e paciente em nenhum momento se furtou de me ajudar, pelo contrário, estava sempre presente. Para expor o que julgava estar incorreto usava sempre uma maneira toda própria e especial, creio que assumiu esta postura, para que eu não me sentisse invadida em seus comentários (construtivos). Uma relação, onde o respeito era a marca fundamental. Foi uma experiência gratificante, e se eu tivesse que escolher hoje um orientador, com certeza repetiria a minha feliz escolha.

SUMÁRIO

| | | |
|---|-------|------|
| INTRODUÇÃO | ----- | 13 |
| DEFICIÊNCIA VISUAL - POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES | ----- | 17 |
| INTEGRAÇÃO - PROBLEMAS E RESPECTIVAS | | --25 |
| PAIS - A LUTA DIÁRIA | ----- | 33 |
| CONCLUSÃO | ----- | 39 |
| BIBLIOGRAFIA | ----- | 44 |

INTRODUÇÃO

Vítor da Fonseca no seu livro intitulado Educação Especial, faz uma explanação retratando a maneira como o deficiente era tratado por seus semelhantes, mostrando que o portador de deficiência continua lutando para galgar o seu espaço na sociedade.

Antigamente o deficiente foi visto com superstição. Em Atenas, o deficiente era abandonado em local desconhecido para ficar sujeito à implacável determinação da luta pela sobrevivência. Esparta eliminava as crianças malformadas ou deficientes. Os Romanos, mais tolerantes adotavam o deficiente para exibi-lo em festividades suntuosas. O Cristianismo, encarou-os com piedade e compaixão.

Em plena Idade Média, o deficiente ora é encarado como "criança de Deus" ou "Bobo da Corte", ora é perseguido, esconjurado ou apedrejado por ser portador de possessão demoníaca. A arte desta época foi pródiga em representar e ilustrar tais atitudes.

Na Reforma, a negligência pelo deficiente foi marcante. Lutero e Calvino, referem-se ao deficiente mental como indivíduo possuído por Satanás. Efetivamente, só no século XVII as organizações de São Vicente de Paulo e das Irmãs de Caridade iniciam a assistência aos deficientes.

O deficiente visto como "não desejado" e "nada atraente fisicamente", vive encerrado, durante quase todo século XIX em instituições-depósito de segregados.

Atitude diferente, contudo, vem da cultura oriental, onde Confúcio, talvez pela primeira vez, reclama a responsabilidade da sociedade "para tratar dos que não podiam faze-lo pelos seus próprios meios". Comungando da mesma opinião de Confúcio, acreditamos que os indivíduos que nasceram diferentes dos outros devam ter direitos, direito a educação, ao convívio com a sociedade, ao

afeto, ao amor, ao respeito, principalmente, ensino voltado para as suas potencialidades, respeitando as suas imitações, com professores preparados. Devido a estas várias necessidades, que este trabalho se desenrola. Apostando na integração, como meta ímpar para se alcança o nosso objetivo.

Assinalamos que a integração deva ser sinônimo de oportunidade educacional, na qual os meios e as condições do ensino regular sejam oferecidas ao portador de deficiência, e o tempo a ficar de fora de uma instituição deva ser o mínimo possível.

Distanciados não alteram os preconceitos vigentes em nossa sociedade, sendo assim, os deficientes não são estimulados a viverem na mesma. Na convivência, esta barreira consolidada seria demolida a ponto de ambos trocarem carinho, respeito, experiências e saberes. E principalmente, o deficiente sentiria-se parte integrante deste processo como um todo, e não alguém que vive a margem, vivendo apenas em seu mundo.

As crianças não são “portadores do mal do preconceito”, só assimilarão esta postura para o resto de suas vidas, se forem incentivadas ou se testemunharem atitudes de segregação. A cegueira em si é uma limitação, porém não causará maiores problemas à criança se for devidamente orientada em seu processo educacional. Os problemas surgem na medida que seus pais crêem e assumem atitudes protetoras em demasia, imaginando assim que estarão resguardando sua prole, e também, na inadequação do ensino e em situações sociais preconceituosas.

Acreditamos que essa segregação dos alunos portadores de deficiência com os alunos ditos “normais” não favorece em nada o crescimento de ambos. Pelo contrário, só quem tem a ganhar é o desperdício, desperdício de talento e de potencial humano, pois a maioria dos deficientes visuais atingem níveis satisfatórios de aprendizagem e de independência. É necessário que se instaure um atendimento pedagógico especializado e

processos escolares de boa qualidade.

Deve-se respeitar as diferenças individuais e assegurar o direito à igualdade de oportunidades, sem discriminação ou privilégios. Acreditamos que, no aspecto educacional seja imprescindível a mudança de visão, onde o professor possa intervir pedagogicamente no aluno, trabalhando suas limitações, repensando o processo de ensino-aprendizagem que é dispensado e a qualidade dos vínculos que se estabelecem.

Quando citamos a integração como meio imprescindível para a participação do deficiente na sociedade e exercendo assim, sua cidadania, gostaríamos de esclarecer que para nós é, o processo gradual e dinâmico que pode tomar formas diferentes dependendo das necessidades, e habilidades individuais. A integração educativa se refere ao processo de educar e ensinar juntos com as crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de sua permanência na escola.

Cabe assim ao sistema educacional a redução de empecilhos para o ingresso destas crianças ao seio escolar, pois caso contrário a sua rigidez seletiva pode ser criticada por ausência dos direitos humanos.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 26 a criação da Educação Especial não é privilégio, mas sim um problema de justiça, todos têm o direito à educação. O direito à igualdade de oportunidades educacionais é resultado de uma luta história dos militantes dos direitos humanos, luta que implica na obrigatoriedade do Estado de garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças quer sejam ou não deficientes.

Por outro lado, o reconhecimento de que seu filho é portador de uma ou mais deficiências e o engajamento dos pais desde dos primeiros momentos, para que esta criança possa ser um indivíduo produtivo e capaz,

será fundamental para o êxito final.

Neste panorama da situação da deficiência, nosso interesse direciona-se para o Deficiente Visual, com o intuito de estudar sua integração na escola regular, analisando suas dificuldades próprias da deficiência, o comprometimento familiar e apontando a educação como processo igualitário, com recursos apropriados e professores comprometidos na transformação da segregação em integração.

Para a realização do presente estudo monográfico foi realizada pesquisa Teórica-Bibliográfica, tendo como base os teóricos como: Elcie Fortes Salzano Masini, Vítor Fonseca, Samuel A. Kirk, James J. Gallagher, que foram estudados de modo a elaborar o quadro teórico conceitual, envolvendo diretamente o deficiente visual na problemática da sua integração no campo educacional .

DEFICIÊNCIA VISUAL - POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Várias tentativas foram feitas no sentido de se definir o termo criança excepcional, pois havia uma grande confusão sobre o assunto, alguns utilizavam o termo para designar crianças talentosas ou pouco comuns, outras pessoas empregam-no ao se referir a qualquer criança atípica ou que se desvia da norma. Neste capítulo a temática central será delineada entre as potencialidades e limitações de crianças atípicas ou portadoras de necessidades educacionais especiais devido a deficiência sensorial especificamente visuais.

De um modo geral, as crianças portadoras de deficiência visual são classificadas em dois grupos principais: Cegas e crianças com visão parcial ou reduzida.

Segundo Barraga (1976) existem dois tipos de classificação para estas crianças:

Cegas são crianças que tem somente a percepção ou que não tem nenhuma visão e que precisam aprender através de braile e de meios de comunicação que não estejam relacionados com o da visão. E crianças com visão parcial são aquelas que tem limitações da visão de distância, mas que são capazes de manusear materiais quando estão a poucos centímetros ou, no máximo, a um metro de distância.

Para Bateman (1997) em termos educacionais são classificados como:

Crianças cegas são que empregam o braile, e crianças com visão parcial são aquelas que usam materiais impressos.

Para compreender a deficiência visual, é necessário que conheçamos o funcionamento do olho em seu

pleno desempenho. O olho humano é um sistema complexo de partes inter-relacionadas. Qualquer problema em uma de suas partes tornará deficiente, seja por doença, acidentes, anomalias hereditárias e outras causas.

O olho tem sido comparado a uma máquina fotográfica do cérebro. Como uma máquina fotográfica, o olho humano tem um diafragma, a íris. Esta é a parte muscular colorida que se expande e se contrai para regular a quantidade de luz admitida pela abertura central, a pupila. Atrás da íris encontra-se a lente do cristalino, que é um corpo biconvexo elástico que focaliza sobre a retina a luz, e é a camada mais interna de tecido no fundo do globo ocular. Contém os receptores neurais, que transformam a energia física da luz em energia neural, resultando na experiência de ver.

Muitos outros elementos protetores e estruturais do olho podem afetar a visão. Como é o caso da córnea, ela é a parte anterior transparente da camada externa resistente do globo ocular. Os músculos ciliares controlam a mudança na forma da lente para que os olhos possam focalizar objetos a várias distâncias do indivíduo. Nos olhos normais, maduros, não é necessário nenhum esforço muscular para se ver claramente objetos a uma distância de 20 pés ou mais. Também há os músculos oculares externos, que controlam o movimento do globo ocular na sua cavidade. As mudanças feitas pelos músculos externos dos olhos são conhecidas como convergência. O funcionamento defeituoso desses músculos cria problemas como o estrabismo (olhos cruzados) e desequilíbrio menos óbvios dos músculos.

As principais causas da cegueira e de outras deficiências visuais tem sido relacionadas em amplas categorias incluindo doença infecciosas, acidentes e ferimentos, envenenamentos, tumores, doença gerais e influências pré-natais, inclusive a hereditariedade. Outras causas da deficiência visual, de natureza predominantemente hereditária (cegueira congênita ou progressiva), como a catarata, a atrofia do nervo ótico e o albinismo, continuam sendo razoavelmente constantes em qualquer faixa etária.

Muitas doença e condições, além das já mencionadas, podem atacar o globo ocular, a córnea, as lentes, o humor vítreo a retina e o nervo ótico e causar deficiência visual acentuada ou cegueira total.

Entre essas doenças a diabete, sífilis, o glaucoma e a caratite são as mais comuns. Muitas vezes as condições ambientais influenciam para o surgimento de problemas visuais. Podemos citar como exemplo a "Fibroplasia retrolental", que na década de 50, provocou inúmeros casos de cegueira. A problemática ocorreu por excesso de oxigênio nas incubadeiras, onde estavam os bebês prematuros. Outro caso é a rubéola ou sarampo, parece ocorrer em epidemia a cada sete ou dez anos, quando as mães são infectadas nos primeiros meses de gravidez, há um grande risco para a saúde da criança, pois ela pode nascer com várias deficiências como: a mental, a auditiva e também a visual.

É difícil para as pessoas que enxergam aceitar a perda da visão como um capricho do destino, e com isto possam se tornar cegas ou terem visão reduzida, porém imaginar é possível. Acreditamos se as pessoas se colocassem na situação em que outras se encontram (com suas limitações), o preconceito não existiria. Viver sem saber o que são cores, sem conhecer as expressões faciais das pessoas, sem perceber o espetáculo da natureza como: amanhecer, o pôr-do-sol ou o oceano, são sensações que não se incluem na vida das crianças cuja a visão é deficiente. Os seus horizontes limitam-se às vizinhanças imediatas, que podem tocar, e a ouvir estímulos. Se caminhássemos com os olhos vendados, ou se sentássemos atrás de um vidro opaco, poderíamos ter uma noção dos ambientes restritivos e percepções limitadas destas crianças. É evidente que a adaptação à perda sensorial tem implicações profundamente pessoais, sociais e educacionais, porém dependendo do ambiente em que a criança se encontre, seu ajustamento social poderá ser beneficiada.

Scholl e Schnur (1976) afirmam que não há nenhuma ligação com a reação psicológica específica à deficiência visual, além das reações comuns de estresse

e incapacidade. Todavia a perda da visão causa:

- Alguma restrição quanto à variedade e profundidade de certas experiências cognitivas, pois o mundo dos objetos somente pode ser percebido se for pequeno e próximo.

- Alguma limitação de experiência devido ao fato de que a mobilidade é restrita. Entretanto, Scholl e Schunur confessam que a quantidade de experiências vividas pelas crianças é relativa a cegueira de nascença ou não, ou se a cegueira ter sido repentina ou gradativa. Para Lowenfeld (1973) argumenta que a cegueira limita a percepção e a cognição de três modo:

- quanto à extensão e variedade das experiências;

- quanto à capacidade de se locomover;

- quanto à integração com o ambiente.

Essas limitações, por sua vez, afetam a auto-percepção da criança cega.

Os pesquisadores afirmam que com a perda da visão, outros sentidos são aguçados com a maior capacidade de ouvir melhor e com mais memória do que os indivíduos com visão. Contrapondo este argumento, Chess (1974) opina que a deficiência em uma área debilita a outra. Isto significa que um defeito funcional em uma área retarda ou perturba o desenvolvimento de outras áreas. Todavia, continuamos a considerar possível que os portadores de deficiência visual aprimorem suas capacidades disponíveis em outras áreas sensoriais. Para poder exemplificar melhor esta situação, tomemos como ponto de partida a audição, devido ao seu problema os deficientes visuais prestam mais atenção nos sons do ambiente, que tornam-se significativos. O mesmo não acontece com uma pessoa não deficiente, alguns detalhes sonoros são despercebidos. Porém isto não significa que as capacidades de audição dos indivíduos sejam diferentes.

Com relação a inteligência, em decorrência da deficiência estudos apontam que crianças portadoras de necessidades especiais visual não tem o seu desempenho intelectual deficitário, pelo contrário, são capazes de obter níveis médio de QI. Tillman e Osborne (1969) relatam que apesar das crianças deficientes obterem resultados superiores em testes de repetição com números, em testes para verificarem a memorização em curto prazo, o que exigia que se conte como duas coisas se assemelham, nesta ocasião o desempenho foi favorável. A incapacidade de compreender associações indicou que a falta de experiência estava limitando a capacidade da criança cega para ligar idéias e objetos. A grande quantidade de estudos sobre o desenvolvimento cognitivo sugere que a capacidade das crianças deficientes visuais para ouvir e comunicar-se oralmente tem permitido que desenvolvam as suas capacidades intelectuais o suficientes para terem um desempenho dentro da norma nos testes padronizados.

Observamos que as pessoas com uma visão sã, são pegas com surpresa, quando um deficiente visual diz expressões como: agora eu vejo o problema”, “olha ali” ou usam termos que requerem imagem visual, como: “azul como céu”. Elas são surpreendidas, pois duvidam da compreensão desses termos. Para solucionar esta problemática Demott lançou-se em um trabalho com crianças com visão e com crianças cegas buscando descobrir a capacidade de associar significativamente várias palavras e à sua compreensão. O resultado foi que não há diferenciação entre os grupos quanto à sua compreensão de idéias e conceitos, pois os mesmos aprendem muitas palavras e os seus significados através do seu uso na linguagem, ao invés de aprende-los por meio da expediência direta.

O pesquisador Reynell (1978) estudou 109 crianças cegas sem portar outras deficiências e crianças com visão parcial, comparando o seu desempenho em uma série de dimensão diferente de adaptação social, compreensão sensorio-motora, orientação ambiental, compreensão verbal e expressão da linguagem, foi verificado que estas crianças estavam atrasadas em todas essas dimensões, socialmente

eram imaturas, não compreendiam o essencial e tinham problemas especiais de orientação ambiental. Como nos primeiros anos de aprendizagem a visão se torna importantíssima, e são estas primeiras séries que são a base para os processos intelectuais superiores, é de extrema importância oferecer uma programação sistemática de experiências as crianças pequenas cegas. Reynell acredita, que elas precisam ter conhecimento sobre objetos comuns (tanto quanto puderem), tem de tocar e usar os objetos, e simultaneamente ouvirem os seus nomes para compreenderem melhor os objetos e os conceitos envolvidos. Então, nas próximas séries (2o., 3o., 4o. ...) quando o ensino é direcionado verbalmente, a criança cega tem a compreensão conceitual necessária para ligar objetos aos rótulos verbais.

A respeito das habilidades motoras as crianças cegas encontram-se atrasadas em relação as com visão. Mas isto é óbvio analisarmos, pois as crianças portadoras de necessidades especiais são tolhidas de algumas atividades importantes para sua motricidade, como por exemplo subir em árvores e outras.... Se tivessem estas atividades nos anos da pré-escola não estariam com suas habilidades motoras comprometidas. Quando falamos em obvio, gostaríamos de fazer um paralelo com crianças não deficientes que fosse sedentária e que não tivessem tomado parte em tais atividades.

O que poderíamos esperar destas crianças?

Cratty (1971) estudou aspectos da resposta motora de crianças cegas e verificou que a lateralidade, ou o uso preferencial de um lado do corpo, não é tão bem estabelecida na criança congenitamente cega quanto naquela que perdeu a visão posteriormente (as que tiveram visão antes de ficarem cegas). Sugeriu a necessidade de estimulação planejada para o desenvolvimento adequado das habilidades motoras das crianças cegas.

Não há problemas pessoais e sociais inevitáveis que resultem do fato de uma pessoa ser

portadora de deficiência visual. Entretanto, a mobilidade restritiva e as conseqüentes experiências limitadas das crianças deficientes visuais provocam nos outros um sentimento de proteção que se traduz em piedade. Os não deficientes acabam por confundir estes sentimentos, a reação destas pessoas resultam em diminuir as exigências e expectativas dos portadores de deficiência visual, porém os mesmos não querem esses tipos de "favores". Acreditamos na força interior e no respeito próprio que os deficientes visuais assumem, suas palavras seriam traduzidas como:

- "Não me trate como se fosse um desamparado";
- "Não me faça nenhum favor especial";
- "Deixe-me agir do meu modo".

Para que os deficientes visuais não se encontrem em um estado de passividade e dependência faz-se necessário o domínio do ambiente, pois envolve tanto a sua independência física quanto a social. A facilidade com que podem se movimentar, encontrar objeto e lugares, e orientar-se em situações físicas e sociais novas e diferentes, será crucial na determinação do papel que poderão assumir nas relações com os colegas, nos tipos de vocações e preferências que lhes estarão abertas quando adultos e na própria auto-estima como indivíduos. Devido a este fato, é necessário que desde o início, a criança deficiente deva ser incentivada e estimulada no sentido de evitar temores infundados, tanto de experiências novas quanto de se machucar. Assim sendo, torna-se fundamental que a criança deficiente visual possa buscar sua liberdade, lançado-se no universo das experimentações.

O desenvolvimento de habilidades especiais para as crianças cegas e com visão reduzida são de suma importância, como é o caso da leitura Braille, pois com o seu aprendizado as mesmas poderão aumentar a sua capacidade de comunicação. Para a criança cega, aprender a usar o braille é uma das chaves que abre as portas para a

comunicação com o mundo dos que tem visão.

A leitura braile é um sistema de leitura pelo tato desenvolvido, em 1829, por Louis Braille, um francês cego. São usados caracteres em relevo, em combinações diferentes de seis pontos, organizados em unidades de dois pontos na largura e três na altura. Os símbolos são trabalhados em relevo, em papel manilha, da esquerda para a direita, e geralmente o leitor "lê" com uma das mãos e, com a outra, mantém a posição vertical. Um leitor adiantado pode usar a segunda mão para se orientar para a linha seguinte, enquanto lê a linha de cima, conseguindo ler até um terço da linha com a segunda mão. As anotações de música, pontuação matemática e ciências baseiam-se no mesmo sistema. A escrita braile é um outro acréscimo ao currículo das crianças cegas.

INTEGRAÇÃO - PROBLEMAS E PESPPECTIVAS

Nesta etapa trabalharemos com, a discussão sobre a integração da Criança deficiente visual no seio escolar. Para a criança se sentir segura de si mesma e pronta para absorver o conteúdo aplicado, é preciso haver um ambiente acolhedor, que possibilite a esta criança se sentir parte integrante do processo escolar.

Hoje a filosofia de integração permeia várias áreas, vai dos posicionamentos teóricos dos profissionais engajado na luta, nas propostas de atendimento de diferentes tipos de instituições, a política governamental. O governo em sua Política Nacional de Educação Especial tem como uma de suas diretrizes: apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências... dar prioridade quando do financiamento, a projetos institucionais que envolvam ações de integração..." [CORDE/MEC-DEE,1992]. Há muito se vem tentando por em prática o discurso sobre a integração, porém sem sucesso, existe vários obstáculos para que este processo ocorra realmente.

Inicialmente destacamos, o despreparo dos profissionais do sistema regular, os professores muitas vezes tornam-se joguete nas mãos das autoridades, não encontram no ambiente de trabalho incentivo e nem a possibilidade de ampliar suas habilidades, ficam restritos ao conhecimento acumulado, (sem a devida reciclagem) e sua criatividade para lidar com o excepcional. Muitas vezes não são questionados sobre a possibilidade de trabalharem com um portador de necessidade especiais, simplesmente são "convidados" (aspas nosso) a participarem do processo sem serem ouvidos.

A situação do deficiente visual no Brasil, é igualada a uma bola de neve em cima do penhasco, cada vez que a bola desce aumenta mais o seu volume e ela se torna incontrolável, ou seja, ninguém assume para si a responsabilidade da educação para os deficientes. A escola e os professores que ainda se encontram confusos e mal

informados são responsáveis por medidas seletivas.

Para agravar ainda mais este quadro, temos em sala de aula um número excessivo de alunos, onde encontramos com vários problemas como por exemplo: de aprendizagem, comportamento ... É uma tarefa bastante árdua, acreditar que este profissional com tantos fatores negativos a seu favor possa receber o deficiente sem se sobrecarregar, e dando a atenção que ele merecem, é ter uma visão muito otimista sobre o assunto.

Não poderíamos deixar de mencionar a falta de vontade política que assola esta nação. Os governantes não dão continuidade aos projetos educacionais em que não tenham nascido em sua gestão, ou seja, não é importante se o projeto é bom, se irá beneficiar várias pessoas, o que é extremamente necessário é saber se a obra vai edificar o nome deste ou daquele político. Fica difícil estruturar um programa de integração a curto prazo, principalmente onde não haja coerência com os programas passados, pois os mesmos servem de parâmetro, para que possamos detectar seus acertos e seus erros. Sem que haja uma mudança de atitude, é quase impossível a implantação de qualquer projeto de integração, pois o mesmo já está fadado a sucumbir.

Em suma, temos em nosso país um sistema de ensino público falido, com professores despreparados e mal remunerados, escolas funcionando em condições precárias, e dirigentes ineficientes, quando não inescrupulosos. Sistema esse que não dá conta sequer dos alunos considerados "normais", haja visto o enorme contingentes do chamado "fracasso escola". Logo, dizem os cépticos (e seu número vem aumentando vertiginosamente) pensar em colocar nessa "selva" crianças com deficiências é um jogo de cartas marcadas para perder.

Apesar do quadro não se mostrar animador, ele não é irreversível. Temos a clareza da dificuldade de se mudar toda uma estrutura de anos, porém estamos vivendo um momento de renovação política e institucional que inevitavelmente afetará de maneira

benéfica a Educação. As pessoas estão mais preocupadas com os seus semelhantes, estão reivindicando e principalmente atuando nas áreas que julgam prioritárias.

Não há a menor dúvida de que a integração dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino é uma proposta de transformação de relações sociais estabelecidas e sedimentadas, não adianta ter garantido por lei os direitos dos cegos, se os indivíduos persistirem em atitudes preconceituosas, de segregação ou de limitação.

Dando um enfoque sociológico nos foi exemplificado que Integração é:

*Unificação social, processo que assegura a inteireza de um grupo social ou uma instituição.
(Delta La Rousa)*

A integração é a referência para qualquer pessoa que conviva em sociedade. É através dela que podemos trocar experiências, aprender a amar e ser amado, e principalmente, a respeitar o direito do outro. Pois só quem está inserido em um grupo e este é aceito, pode assimilar o que significa a palavra respeito. É elementar, para que ocorra um convívio harmonioso faz-se necessário o respeito ao direito do outro sem a invasão de seu limite.

Toda criança tem dificuldade, mas são superadas a partir do momento em que conseguem ver no outro, um amigo, um companheiro, onde estão empenhados para o seu crescimento. Já no caso da criança excepcional, as dificuldades são maiores. Seu engajamento por si só, em uma instituição de ensino regular, já causa temor e muitas pessoas reforçam este temor, devido o seu desconhecimento e sua falta de preparo para reconhecer o diferente e respeitá-lo em suas nuances.

Comungamos da opinião, de que privam o portador de deficiência por medo, por ser um trabalho desgastante ou por não se importarem, mesmo. Mascaram a

verdade de forma a não percebemos o que temos como pano de fundo, atitudes que simplesmente não são assumidas, e que são explicadas com pesar como sendo uma fatalidade do destino.

Tem sido apontado em diversas ocasiões que o estranho, o inesperado, o diferente, o excepcional, sempre chama atenção e causa nas pessoas reações como curiosidade, espanto, surpresa, repulsão, e até mesmo medo. Essas reações ocorrem porque tudo que é diferente, que não se encaixa nas nossas tipificações, que foge à norma e é, portanto, anormal... (Glat, 1988,1989, 1991,1994; Goffman, 1982; Fédida,1984; Gibbons, 1986; e outros).

Estimulando a integração, o ser humano torna-se um ser atuante, preocupado com o seu bem estar, e do seu próximo, valorizando sua vivência e permitindo que floresça naturalmente uma amizade entre ambos. Só assim há possibilidade de se estabelecer uma via de mão dupla: o dar e o receber. Este processo recíproco torna-se primordial, pois com ele existe a possibilidade de uma troca. Mas para que esta troca exista, é preciso garantir às pessoas deficientes educação, profissionalização e mobilidade, estes fatores são extremamente importantes para a aceitação social dos deficientes.

Vale ressaltar que para a instauração da integração ocorrer de fato, é preciso que os professores democraticamente dêem aos seus alunos a liberdade para gostar do que foge a sua realidade, sem pareceres estigmatizados. A chance de descobrir o outro, valorizando suas habilidades e respeitando suas limitações, um crescimento duplo e crescente. Este processo está intrinsecamente ligado a valorização do diferente (o contrário o que vemos hoje), ao cooperativismo, a descoberta e aceitação de dificuldades, deficiência e necessidades de cada um. Na atualidade, muito se incentiva o individualismo (deixando para trás o lema dos três mosqueteiros: Um por todos e todos por um). Hoje não é gratificante a participação, mas sim, o êxito da vitória. É necessário resgatarmos a valorização do cooperativismo em uma sociedade pluralista, onde se tem

consciência que todo ser humano é um ser diferente e único, com capacidades diferentes, no entanto, com lugar reservado para cada um, exatamente porque não sermos iguais.

Somente com espírito de cooperação, podemos compreender a possibilidade de uma ação educacional integrada e integradora, onde as práticas educacionais tornem-se menos competitivas e individuais, valorizando o produto coletivo e a participação diferenciada dos membros, segundo suas capacidades próprias, estimulando a que cada um dê o máximo de si para o próprio bem e o bem de todos.

A escola por ser o local onde se ministra a educação será a principal genitora da mudança de atitudes. Tendo como meta impedir a ruptura de tabus, estigmas, desinformações, ignorância, que levam muitas das vezes as pessoas a terem atitudes de segregação contra aos portadores de necessidades educativas especiais.

Muitos pais não aceitam com facilidade a idéia de seus filhos terem contato diário com os deficientes, pois temem sua "contaminação". Este temor se refere não a contaminação física e sim, a contaminação psíquica.. Desaprovam por medo que seus filhos venham imitar o comportamento deles, e regridam em seu desenvolvimento.

As crianças deficientes não são uma ameaça as crianças não deficientes, só porque se pensa que os professores tem de lhes dar mais atenção. As crianças deficientes são diferentes mas fazem parte da população escolar, na medida em que se deseja que elas sejam tratadas da mesma forma, em termos educacionais. Não é enclausurando-as em classes especiais e sim, dando-lhes o direito de se relacionarem com a sociedade.

Um outro fator que acentua a discriminação segundo Gibbons (1986) é o sentimento de ambivalência em relação a eles.

...razão principal porque pessoas não-estigmatizadas evitam os que são estigmatizados não é devido a um forte desagrado, mas sim porque eles ficam confusos em relação a seus próprios sentimentos. A confusão se origina do fato de que pessoas não estigmatizadas mantêm sentimentos tanto negativos quanto positivos em relação aos que são estigmatizados.

Este sentimento conflituoso se instala sem que as pessoas tenham a noção do ocorrido, tudo que é diferente em um primeiro momento é recusado, é o caso do excepcional, porém as pessoas são criadas para serem misericordiosas, protegendo os infelizes e lutando para que haja justiça, sendo assim, ficam difícil compreender a natureza do ser humano. De um lado sente-se penalizado pela fatalidade e do outro dando graças por não ter ocorrido com algum ente de sua família.

A deficiência é uma categoria socialmente construída, que se torna incapacitante e restritiva, não apenas pelas inerentes limitações orgânicas, mas pelas conseqüências psicossociais, do tipo de interação ou relacionamento que se estabelece entre os deficientes e os demais. É necessário que haja uma aceitação da limitação do outro, isto não significa superprotegê-lo ou aceitar sua baixa estima, mas sim, entendê-lo com suas especificidades e suas dificuldades individuais, incluindo sua deficiência. Em uma união amigável, criar um processo de integração voltado para as suas aspirações, ajudando assim a percorrer sua jornada.

A tendência internacional aponta para a integração de crianças deficientes inserido-os no ensino regular. A grande convicção do futuro é que as crianças portadoras de deficiência tenham as mesmas oportunidades que as crianças não deficientes, pois cabe-lhes as mesmas e legítimas aspirações de realização pessoal e de participação e transformação social.

A integração é o combate mais adequado à institucionalização de deficiência, ao ceticismo e ao pessimismo educacional. A integração implica sempre um

benefício imediato educacional e social para a criança portadora de deficiência. A integração na comunidade passa pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais de escolas especiais é uma aberração que deve ser eliminada.

A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, a variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar agir no sentido inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando “aqueles que não aprendem como os outros”. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a adaptar-se as exigências da escola, mas sim o contrário. O sistema de ensino, não pode persistir excluindo crianças deficientes, rotulando-as com uma doença incurável ou marcando-as com um sinal de inferioridade permanente. Estigmatizá-los não ajudará em nada sua interação.

Há uma ressalva, nos casos extremos (aspecto sensorial, intelectual e motor é primordial que haja a construção de escolas especiais. Porém sem que ocorra o isolamento institucional (meros depósitos humanos). A integração implica na utilização dos recursos de toda sociedade no sentido de desenvolver e reabilitar as crianças deficientes, para que sejam adultos felizes e independentes.

A integração não pode continuar a basear a sua ação em boas intenções que inúmeras vezes escondem atitudes de caridade. A integração subentende uma ação em prol de direitos humanos e cívicos.

Os professores primários devem estar atentos aos sinais que podem levá-lo a detectar uma necessidade educacional especial. Seria de grande valia se todas as escolas de educação tivessem instaladas unidades de educação especial para que seu cotidiano se transformasse em “realidade”.

A palavra de ordem é diminuir a diferença entre educação regular e a educação especial. Nos dias todas educação deve ser especial porque lida com crianças

especiais. Toda criança é especial e única. Toda criança aprende de forma especial, exigindo também professores especiais. Toda educação deve ser especial a seres peculiares e originais, quer sejam deficientes ou não.

PAIS - A LUTA DIÁRIA

A sociedade com os seus modelos acaba por induzir o ser humano, sempre voltado para o antagonismo como: o certo e o errado, o bem e o mal, o feio e o bonito, estigmatizando e rotulando o que para ela não é desejado. E as pessoas por estarem embutida na mesma acabam por assumirem alguns papéis sociais. Ninguém é geneticamente programado para representar certos tipos de papéis, e não outros. Eles são apenas assimilados. Devido a este fato é fundamental o papel da família, pois é através da forma de se relacionar, que o indivíduo saberá se é bem vindo ou não. O convívio social é fator ímpar para que o ser humano possa alcançar o seu ajustamento pessoal. Como ratifica Berger e Luckmann (1984), o ser humano nasce em um ambiente que é tanto natural quanto social. Mesmo nos primeiros anos de vida, quando ainda não está biologicamente desenvolvido, o homem já se acha inserido em uma ordem cultural e social estabelecida, que implica em uma determinada concepção de mundo.

Essa estrutura social e concepção do mundo determinam imediatamente suas relações sociais primárias, a família. É por meio do relacionamento familiar que o indivíduo desde os primeiros tempos de vida começa a aprender até que ponto ele é um ser aceitável no mundo, que tipo de concessões e ajustes necessita fazer, assim como a qualidade das relações humanas que encontrará. (Glat, 1989, p.15-16).

A socialização primeira se dá através da família, é de suma importância na sua formação de identidade pessoal. Pois é através da identificação com outros, e das reações destes ao seu comportamento, que a criança assimila atitudes e papéis, tornando o mundo, em seu mundo, mais real, mais atraente e mais coerente para ela (Alves, 1993; Berger & Luckmann, 1985; Luckmann, 1977).

Atualmente, exercer a função de pai ou de mãe está sendo cada dia mais difícil, hoje temos o índice de marginalidade aumentando vertiginosamente, os tóxicos são vendidos nas escolas, a prostituição aumentando junto as crianças e o modismo destas época é a venda de crianças, realmente este mundo esta passando por uma transformação e uma inversão de valores. Igualada a Sodoma e Gomorra, em que direitos comuns não são respeitados, onde as barbaridades acontecem e passam a ser encarada como cotidiano e para acentuando este quadro caótico, em seu lar, seu filho é um deficiente. Como ser pais de um filho deficiente?

Imaginemos como se sentem os pais de crianças portadoras de deficiência quando se deparam com a dura realidade, de que seus filhos não poderão fazer certas atividades, pois são limitados fisicamente.

Ao nascer uma criança portadora de deficiência visual, o comportamento da sociedade de um modo geral, torna-se atípico, os mesmos não agem de forma adequada, como agiriam se o nascimento trouxessem uma criança sem deficiência. Esta transformação de comportamento é notada nas suas condutas, ninguém envia cartões felicitando os familiares, não há presentes, e sim choro, emotividades e culpabilidade dramatizando ainda mais a situação.

Em um primeiro momento os pais culpam-se, julgando ter cometido algo de muito cruel, por isto estão sendo castigados, mas tarde percebem que o fato poderia acontecer a qualquer pessoa que tenha filhos, independentemente da experiência educacional, status familiar ou situação financeira. Mas para que está clareza venha a tona, às vezes, é preciso que seja estimulada por profissionais atuantes na área de Psicologia como afirma Fonseca (1987).

Exatamente porque nenhuma família espera uma criança deficiente é que se tem de formular um apoio psicoterapêutico. O choque, a surpresa humilhante e culpabilizadora, pode implicar

um conjunto de atitudes que nada favorecem o desenvolvimento da criança. A revolta pessoal, as lamentações prolongadas, as autopunições divinas e os prantos frustracionais podem se reduzidos e transformados em atitudes positivas e abertas, proporcionando à criança um envolvimento afetivo e emocional.

Faber em 1976, nos aponta a principal crise que os pais enfrentam quando precisam lidar com uma criança deficiente. É do tipo de morte simbólica da criança que deveria ter nascido. Quando uma mulher está grávida e os pais esperam ansiosamente a criança, inevitavelmente pensam muito a respeito do futuro filho. Projetam objetivos favoráveis com aspirações elevadas. Querem que a criança seja bem-sucedida na vida, até mesmo um líder, seja certamente bem-educada e tenha segurança financeira. Podem até ter esperanças de que o seu filho os ajudará quando envelhecerem. Os pais encaminhados ao consultório de um pediatra para ouvirem que o seu filho é deficiente deparam-se com a morte simbólica daquela criança com que sonharam, tendo frustrados os seus anseios e aspirações; em tais circunstâncias muitos pais reagem com uma depressão grave.

Como já havia sido dito a ajuda do psicoterapêutico é muito importante, pois ajuda aos pais a tirarem sobre os seus ombros uma culpa que não lhes é devida. Sem esta culpa podem objetivar ações que visem a melhoria de vida de seus filhos. A conscientização dos pais é tão significativa que urge que seja nos primeiros momentos, fazendo com que a rotina familiar se transforme em práticas criativas e realizadoras, visando alcançar a melhor forma de transmitir aos seus filhos conceito, informações... sobre sua realidade. As aprendizagens humanas desenvolvem-se passo a passo num ambiente psicológico adequado e identificador.

A família, nas primeiras fases do desenvolvimento, é o local privilegiado de aprendizagem. Os seus intervenientes desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na epigênese da personalidade da criança. Também as

síndromes de hospitalização e de institucionalização são condições típicas de segregação social e afetiva que podem ter um grande impacto no futuro das crianças. Daí a sua prevenção. (Fonseca, 1987)

O não envolvimento dos pais no processo de aprendizagem da criança significa a rejeição da própria criança. Sem reverter esta relação emocionalmente estremecida, pouco os pais poderão realizar em relação ao crescimento intelectual da mesma. Porém se esta situação não for instaurada a viabilidade de êxito aumenta vertiginosamente, a criança se sentirá segura socialmente e emocionalmente.

Fazendo uma analogia, nos primeiros anos o apoio dos pais poderia ser pensado em termos de enfermeiras e educadores domiciliares que estão a disposição em tempo integral. Quando a criança se encontra em idade escolar, ela deve ser integrada a uma classe, a função agora da professora será também de mediadora entre os pais e a escola. Pais e serviços devem estar em perfeita sintonia trocando informações em busca de um melhor resultado.

A intervenção dos pais no processo educativo e portanto de integração, faz-se extremamente necessário viabilizando um contato emocional que será transferido para outro ambiente, ou seja, a criança não mais se sentira perdida em um ambiente que não conhece, que não conhece as pessoas que estão envolvidas e desconhece quais os motivos que a trouxeram para este local. Sem contar com o fato de serem pessoas que a criança ama e se sente segura existe outros motivos, como os pais serem os primeiros agentes da intervenção educacional.

Dá-se muita ênfase à inclusão dos pais como papeiros, e o trabalho do educador freqüentemente consiste no treinamento dos pais para que interajam mais eficazmente com o filho deficiente. À medida que os educadores dirigem os seus esforços para níveis de desenvolvimento cada vez mais precoces,

encontram-se trabalhando com blocos de construção de desenvolvimento sobre os quais se baseiam o conhecimento e as habilidades posteriores.

As experiências do período que vai do nascimento aos cinco anos de idade são especialmente importante para o desenvolvimento subsequente, por isso, a educação sistemática das crianças deficientes visuais deve começar o mais cedo possível. As crianças absorvem uma grande quantidade de informações e experiências de seu ambiente no curso normal dos acontecimentos familiares. É preciso oferecer às crianças deficientes visuais experiências especialmente planejadas que se equiparem às das crianças típicas.

A ação dos pais deve ser unificada como todos os técnico (Educação, Medicina, Psicologia...) envolvidos com a vida de seus filhos, o esclarecimento, as informações, as atitudes devem ser meta ímpar para se obter benefícios para a criança. A falta de preparo ou de cultura não podem ser obstáculos ou desculpas para interação dos pais em num programa de integração, em muitos e variados casos, os pais conhecem profundamente as necessidades dos seus filhos, mesmo sem terem formação técnico-pedagógica. É preciso ouvi-los e compreendê-los. A sua consulta e contato constantes terão de ser características indispensáveis das prioridades programáticas de integração.

A hostilidade entre pais e técnicos é prejudicial para as crianças. Os adultos deverão dialogar, cabendo aos técnicos a compreensão pelos problemas dos pais. Os pais querem ser ouvidos pelos técnicos no que diz respeito às prioridades da criança e quando à planificação do seu futuro. Não basta equacionar a educação de crianças deficientes, é necessário planificar a idade adulta e até mesmo a terceira idade... (Fonseca, 1987)

Vale ressaltar, que os pais objetivam assegurar os direitos de seus filhos, independentemente de que aja uma sobrecarga em seus afazeres. Os pais estão prontos a aceitar responsabilidade extra. E esta ajuda deve

ser aproveitada de forma conveniente e lúcida, eles por si só, são os principais interventores junto a entidades governamentais ou não, com o propósito de se construir campanhas, associações, enfim movimentos que mobilizem a sociedade em prol das necessidades de seus filhos. Contatamos que em números casos os pais estão mais consciente das necessidades específicas dos seus filhos do que muitos técnicos formados às pressas.

É vasto e diferenciado o papel dos pais. O seu apoio e estimulação para além da sua função, exigem por parte dos Governantes, a facilitação de programas de informações, formação e intervenção, na medida em que os resultados de investigações levados a sério, provam a importância e a relevância das condições familiares no processo do desenvolvimento integral da criança deficiente.

A aproximação de pais com os mesmos problemas é beneficemente importante na medida que estes se sentem abandonados e sem forças para enfrentar a luta diária da sobrevivência de pais de crianças portadoras de deficiência visual. Sob muitos aspectos, quando os pais aconselham outros fornecem uma base de confiança na possibilidade de enfrentar o problema e transmitem o sentimento de que outras pessoas compreendem e partilham as suas ansiedades. Se fossem traduzidas em palavras os anseios dos familiares seria algo como: Nos ajudem a educar nossos filhos, mas não com a máxima longe da vista e longe do coração, mais sim, em uma ação contrária, isto é, perto da vista e perto do coração.

CONCLUSÃO

O principal foco de interesse deste trabalho é marcado pelo descaso que os portadores de deficiência visual são tratados ao tentarem ingressar em escolas regulares. No corpo do trabalho permeamos sempre o alerta para a porção preconceituosa (se não integral) que cada ser humano carrega no seu interior, dificultando ainda mais o que já é difícil e doloroso. A deficiência seja de que âmbito for, causa uma condição de incapacidade (na área afetada), não apenas nas suas limitações orgânicas, mas principalmente nas sociais. A sociedade avalia de forma negativa esse tipo de característica, em consequência trata de maneira depreciativa os indivíduos que a possuem. Sendo assim, a mesma considera o deficiente como uma pessoa anormal, estigmatizando e marginalizando o que foge dos padrões comportamentais usuais, considerando-os como incapazes produtivamente, e, portanto desviante, que devem ficar longe de suas vistas, para não porem em perigo seu cotidiano frívolo.

Ninguém pede para nascer, pelo contrário, se tivéssemos este dom pediríamos para que fossemos os mais belos, inteligentes, vibrantes e assediados possível, levando em conta os diferentes padrões culturais. Porém não é o que acontece. Será que grupos marginalizados como: prostitutas, homossexuais, negros, judeus e deficientes ... não tem o direito a viver em uma sociedade que os acolham e principalmente os aceitem como são? Será que não é mais fácil aceitar a limitação do outro com lealdade e dignidade do que lhes virarem as costas temendo o diferente.

Somos da opinião, que o problema deve ser encarado de frente, sem preconceitos ou temores . O diferente existe e o deficiente está incluído neste grupo. Então, o que fazer? Segregar mais e mais, aumentando o seu sentimento de menos valia. Ou tomarmos consciência da problemática vigente articulando-nos em prol de providenciar soluções para o anseio da criança.

portadora de deficiência visual. Para que aconteça alguma mudança, o ponto crucial a ser atingido é o tratamento que deve se transformar em especial, porém não é só apenas isto, é primordial que sejam vistos muito mais do afeto, compreensão e amor de colegas ditos "normais", pois só assim a seqüela que existe entre estes dois mundos distintos pode ser atenuada.

Acreditamos que a segregação dos alunos deficientes com os alunos ditos "normais" não favorece em nada o crescimento de ambos. Pelo contrário, só quem tem a ganhar é o desperdício, desperdício de talento e de potencial humano, pois a maioria dos deficientes visuais atingem níveis satisfatórios de aprendizagem. É necessário que se instaure um atendimento pedagógico especializado e processos escolares de boa qualidade.

Para que esse quadro seja revertido é preciso que se instale uma integração com uma filosofia educacional humanística que envolva a doação, projetos específicos para mudar: sistema de ensino, programas, atividades, ...

A integração, sendo encarada em uma ótica humana, nos submete para um grande desafio: O comprometimento de transformar o Sistema de Ensino em geral e o Sistema de Formação de professores para sensibilizar e remover essa lacuna, onde o deficiente é o único prejudicado. A mudança é urgente, possível e humanamente necessária.

A filosofia humanística mostra que é a partir da interiorização do homem que os problemas individuais e sociais terão solução, ou seja, basta o ser humano olhar um pouco mais para seu semelhante e para com suas atitudes perante os mesmos, e perceberão que algo precisa ser modificado. Mas esta reflexão, não deve de maneira nenhuma ficar no campo das idéias e sim, encontrar a aplicabilidade de seus resultados. Se o homem

é o sujeito de sua história, é dele que depende o primeiro movimento para a transformação do exterior.

O sistema educacional como um todo precisa ser revisto (castigo, notas, currículos, programas...) pois a partir dessa visão é que acontecerá essa modificação. Não adianta criticar ou seguir brilhantes pedagogos como: Paulo Freire, Piaget, Montessori, Bloon... que vamos ultrapassar o problema da educação, é necessário a implantação de uma nova prática, onde os professores do ensino especial estejam integrados no ensino primário e no ensino secundário para facilitar a integração.

A integração das crianças deficientes deve aumentar de ano para ano. Todas as crianças deficientes poderão ser educadas em escolas normais, naturalmente sujeitas a determinadas qualificações e avaliações. Porém esta escola também deve estar preparada para receber as crianças portadoras de deficiência visual, objetivando a integração com outras crianças sem deficiência e reservando um horário específico, onde possam aprender habilidades especiais que ajudarão no seu cotidiano (social e estudantil).

A integração implica naturalmente de uma seleção de criança com potencial de aprendizagem normal e com maturidade sócio-emocional mínima. Não se pode encher uma escola com criança deficientes de uma forma puramente circunstancial, sem esquecer da criação de currículos e métodos pedagógicos adequados, e professores qualificados. Encorajar a integração não é suficiente! É preciso uma planificação. Prever as acomodações, os equipamentos, os espaços, os materiais, os recursos, etc... Antes da integração se operar, é necessário que se estabeleça um consenso de todos os professores, e não só de alguns, explorando um conjunto e em todos os seus limites em prol do plano de integração.

Devemos superar os debates técnicos entre as vantagens e os inconvenientes da integração e concentrar os esforços nas exigências práticas que o

problema coloca.

A conscientização de que todos nós temos o dever de minimizar a sonegação dos direitos (socialização) dos portadores de deficiência visual, implica em aceitar como nossa responsabilidade, e não dos outros. Em outras palavras, a integração dos portadores de deficiência não pode ser vista apenas como um problema de políticas públicas. Integração é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos. Portanto, qualquer análise que não leve em consideração o aspecto psicossocial da questão, corre o risco de não se tornar consistente e com pouco valor operacional de aplicação.

BIBLIOGRAFIA

Caderno Explicativo
Ministério da Ação Social
Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa
Portadora de Deficiência - CORDE.
Fonte: Extraído do folheto “Hardicapés”, elaborado pelo
movimento das mulheres jovens.

Caderno Explicativo
Ministério do Bem Social
Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa
Portadora de Deficiência - CORDE.

FLEMING, W. Juanita. A Criança Excepcional. Rio de
Janeiro, Editora Francisco Alves. 1978.

FONSECA, V. Visão Integrada da Aprendizagem. São
Paulo, Editora S.P.E.C.D.M. 1979.

FONSECA, Vítor da. Educação Especial. Porto Alegre,
Editora Artes Médicas. 1987.

GLAT, Rosana. Questões em Educação Especial, A
Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma
Reflexão. Rio de Janeiro, Sette Letras. 1995. Volume I.

KIRK, A. Samuel & GALLAGHER, J. James. Educação da
Criança Excepcional. São Paulo, Editora Martins Fontes.
1991.

MACHADO, Carvalho Therezinha Maria & ALMEIDA, Oliveira de Concetta Marlene. Ensinando Crianças Excepcionais. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1978.

**Revista Integração.
Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1994, ano V - número 11**

RIBEIRO, L. A Crise do Mundo Atual e seus Remédios. Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora Ltda. 1979.

RIBEIRO, L. Proposição Conciliatória Humanística. Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora Ltda. 1979.


**Plano Nacional de Educação Especial 19977/1979
Ministério da Educação e Cultura
Secretaria Geral, Brasília, D.F.**

**Tendência e Desafios da Educação Especial.
Série Atualidades Pedagógicas 01 MEC (Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de Educação Especial. Brasília, 1994.**

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNI-RIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO - DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
GLAUCIA MARIA BRAGA
TÍTULO DO TRABALHO: PORQUE SEGREGAR SE PODEMOS SOMAR?

FICHA DE CONTROLE DE ENTREGA DE TRABALHO DE MONOGRAFIA

QUADRO DE NOTAS

| | NOTA | RUBRICA |
|---|----------|---|
| 1- Prof. Orientador: Liana R. T. de Ocampo | 10 (dez) |  |
| 2- Prof. da Área da Pesquisa: Anna Rosemberg | 9,5 | Anna R. Moreira |
| 3- Prof. de Metodologia da Pesquisa: Gilda M. Grumbach Mendonça | | |

OBSERVAÇÕES

1-

2- Bom trabalho. Anna R. Moreira

3-